

Adoecimento e silenciamento: os impactos dos ataques contra as jornalistas mulheres brasileiras

Illness and silencing: the impacts of attacks against Brazilian female journalists

Enfermedad y silenciamiento: los impactos de los ataques contra periodistas brasileñas

Paula Melani ROCHA

pmrocha@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Lina Maria MANRIQUE-VILLANUEVA

lpmanriquev@unal.edu.co

Pontificia Universidad Javeriana
Colombia

Alex Daniel DOLGAN

dolgan426@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 158, abril - julio 2025 (Sección Monográfico, pp. 189-204)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 05-02-2025 / Aprobado: 18-04-2025

Resumo

O artigo discute os ataques a jornalistas mulheres brasileiras e os desdobramentos na prática profissional e na saúde das profissionais. O recorte é de 2020 a 2023, quando se intensificaram as agressões contra jornalistas e a imprensa, instrumentalizados pelo então presidente Jair Bolsonaro, aliados políticos e seguidores. Os ataques se estenderam após as eleições de 2022 para presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais, pois revelam-se como estratégias para atingir o jornalismo e as profissionais. A discussão parte de monitoramentos de violência contra jornalistas realizados pela Abraji e Fenaj e analisa 21 respostas de jornalistas que sofreram ataques. A discussão ancora-se nos estudos de jornalismo e trauma e busca trazer um recorte interseccional na interpretação dos dados.

Palavras-chave: jornalistas mulheres, gênero e interseccionalidades, violência de gênero, traumas e adoecimento, silenciamento

Abstract

This article discusses attacks on Brazilian female journalists and their impact on their professional practice and health. The period covers the period from 2020 to 2023, when attacks against journalists and the press intensified, orchestrated by then-president Jair Bolsonaro, his political allies, and his followers. The attacks continued after the 2022 elections for president, governors, senators, and federal and state deputies, as they are seen as strategies to target journalism and journalists. The discussion is based on monitoring studies of violence against journalists conducted by Abraji and Fenaj and analyzes 21 responses from journalists who have suffered attacks. The discussion is based on studies of journalism and trauma and seeks to bring an intersectional perspective to the interpretation of the data.

Keywords: female journalists, gender and intersectionality's, gender-based violence, trauma and illness, silencing

Resumen

El artículo analiza los ataques a periodistas brasileñas y la evolución de la práctica profesional de las profesionales. En 2020 a 2023 se intensificaron los ataques contra periodistas y prensa, instrumentalizados por el entonces presidente Jair Bolsonaro, aliados y seguidores políticos. Los ataques continuaron luego de las elecciones de 2022 para presidente de la República, gobernadores, senadores y diputados federales y estatales, pues parecen ser estrategias para atacar al periodismo y a los profesionales. La discusión se basa en el seguimiento de la violencia contra periodistas realizado por Abraji y Fenaj y analiza 21 respuestas de periodistas que sufrieron agresiones. La discusión está anclada en el periodismo y los estudios del trauma y busca aportar una perspectiva interseccional.

Palabras clave: mujeres periodistas, género e interseccionalidades, violencia de género, traumas y enfermedades, silenciar

Introdução

A preocupação com a saúde física e mental de jornalistas e sua segurança durante o exercício da profissão é pautada pelo Dart Center, da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, desde o final dos anos 1990 (Brayne, 2008). O profissional clínico de saúde mental Dr. Frank Ochberg persuadiu a Fundação Dart a investir dinheiro em premiações jornalísticas para as melhores reportagens que cobriam situações de violência. A primeira premiação, em 1994, deu lugar a uma nova percepção do que é entendido como trauma no jornalismo e suas implicações na saúde mental (Brayne, 2008).

Brayne (2008) buscou reconhecer que quando falamos em coberturas traumáticas não devemos apenas considerar acontecimentos relacionados a guerras e catástrofes, mas essas coberturas também referem-se “às histórias vulgares, do dia-a-dia, mundanas, de sofrimento extremo que ocorrem muito mais perto de nossa casa. A sinistralidade rodoviária; o abuso de crianças; a violência sexual e as violações; os julgamentos de assassinos; distúrbios sociais” (Brayne, 2008, p. 36). Dessa forma, entende-se por cobertura traumática o trabalho de jornalistas de cobrir tais eventos violentos, normalmente sem nenhuma preparação psicológica ou profissional para isso (Brayne, 2008).

Para este trabalho alargamos o conceito de trauma ao incluir os ataques e violência que a/os jornalistas sofrem durante a atividade profissional, pois parte do pressuposto que estes e estas profissionais “correm risco de lesões físicas, emocionais, morais e psicológicas devido à exposição a eventos traumáticos ao longo de sua carreira” (JETREG, s/d) e que situações estressantes vêm se intensificando na sociedade de riscos (Beck, 2011). Tal concepção integra os estudos do projeto “Riscos e traumas no jornalismo. Inovação tecnológica e a feminização da profissão”, o qual o estudo em tela está vinculado, e sob a égide das discussões articuladas no -Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG).

Durante a pandemia da Covid-19, a situação laboral de jornalistas se agravou. Aumentou a precarização e a flexibilização do trabalho, no início em *home office*, com redução salarial e acúmulo de funções. Além disso, tornaram-se alvos de ataques constantes, crescendo a vulnerabilidade e instabilidade por atuarem em um contexto de riscos. Tudo isso afetou a qualidade de vida das e dos profissionais e a própria prática profissional (Rocha, Kondlatsch, 2024). A *Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro* (Lima et al., 2022), realizada com 6.594 entrevistados durante o período da pandemia, indicou que 66,2% da amostra mencionou sentir estresse no trabalho, 65,9% deles foram diagnosticados com estresse e 20,1% receberam o diagnóstico de transtorno mental relacionado ao trabalho.

Diante disso, o recorte empírico desta reflexão são os ataques que envolvem as bandeiras de valores morais e conservadores, violando os direitos humanos; racistas, homofóbicos, misóginos e machistas. As violências interseccionais

direcionadas a jornalistas que pertencem a grupos minorizados¹, podem ser consideradas ainda mais violentas por ser uma estratégia articulada e orquestrada por interesse de controle político, social e ideológico.

Assim, as violações sejam generificadas ou não, carregam opressão e/ou violências interseccionais, pois são vítimas justamente por serem mulheres na sua pluralidade e/ou pessoas da comunidade LGBTIA+², mesmo quando não são agressões estigmatizadas. Lembrando que o discurso estigmatizado também se estabelece de forma sutil e naturalizada. Como coloca Scott (1990, p.16), o discurso não precisa fazer uma referência explícita ao gênero, mas carregam “códigos generificados para estabelecer sua significação”. A interseccionalidade atravessa a história e vivências desses/as profissionais que sofrem pelo menos dupla violência, seja de raça, gênero, sexualidade ou etnia, por exemplo. Essa discussão tem como objetivo analisar as consequências dos ataques a jornalistas mulheres por uma perspectiva interseccional.

Os ataques: da pandemia a 2023

Rocha e Kondlatsch (2024) entrevistaram 20 jornalistas de diferentes tipos de mídia e regiões do país que trabalharam na cobertura da Covid-19 e concluíram que os ataques à liberdade de imprensa e de gênero, realizados pelo então governo federal, por ministros, aliados políticos e por fontes oficiais impactaram no trabalho jornalístico e na saúde dos e das profissionais. Vale ressaltar que os ataques liderados ou orquestrados por políticos não é um movimento novo no Brasil. Desde 2010 os relatórios da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) mostraram que os acusados de realizarem as violências eram figuras como autoridades políticas e agentes policiais. Jornalistas que cobriram pautas envolvendo o âmbito político e associado à administração pública foram os que mais sofreram violações. Profissionais que atuavam em regiões longe de centros urbanos eram os mais atingidos por serem meios de comunicação menores e com poucos recursos (Kraemer, 2012). Após 2018, essa última configuração é alterada. Durante o governo Bolsonaro as agressões intensificam nas localidades que abrigam mais veículos e profissionais, como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo (FENAJ, 2024). É importante acrescentar que Brasília é a capital federal, onde concentram os poderes executivos, legislativos e judiciário;

1 “Grupo minorizado” é uma definição conceitual que abarca todos os segmentos sociais que são colocados à margem da sociedade não por questões quantitativas e sim porque “têm pouca representação social, econômica (inserção no mercado de trabalho, ocupação de cargos de poder e outros) e política” (Ferreira, 2005, s/p). São grupos expressivos na sociedade como negros/as, população LGBTQI+, povos originários, por exemplo. O termo é justamente para reforçar que há uma ação intencional de menorizar esses segmentos e afastá-los dos interesses sociais. O termo reitera que de forma alguma esses grupos representam uma minoria social e sim que são colocados nessa posição propositalmente.

2 Neste trabalho iremos utilizar a sigla LGBTI+ que é a adotada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT).

São Paulo e Rio de Janeiro estão na região Sudeste do país, a qual ainda abriga um maior volume de profissionais jornalistas.

Kraemer (2012) aponta que o Brasil carrega heranças da ditadura militar que violam os direitos, como as legislações autoritárias e instituições que mantêm uma cultura de violência e que afirmam as desigualdades. Essas heranças militares ficaram ainda mais evidenciadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), militar-reformado, em que as violências contra jornalistas aumentaram (Fenaj, 2023). O ano com maior registro foi em 2021 com 430 ocorrências, “ano recorde, desde o início da série histórica dos levantamentos” (Fenaj, 2023, p. 4).

Além disso, os avanços na plataformação do jornalismo desde o início da pandemia resultaram em uma maior exposição de jornalistas nas redes sociais, promovendo uma interação direta com as fontes e o público (Victor, 2023). Jornalistas começaram a utilizar suas próprias redes sociais para compartilhar suas reportagens, mesmo diante dos alertas sobre os potenciais impactos negativos para a saúde mental decorrentes do uso excessivo das mídias sociais, como a “disseminação de desinformação, o assédio, a fadiga e o esgotamento” (Victor, 2023, p. 119).

Em 2022, os incidentes de violência persistiram durante as eleições e continuaram em 2023 após a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com o Relatório Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (FENAJ, 2024), em 2023, houve 181 casos registrados de violência contra jornalistas, representando uma queda de 51,86% em relação aos 376 casos de 2022. No entanto, o cerceamento à liberdade de imprensa por meio de ações judiciais aumentou 92,31% no último ano. O número de ações judiciais ou inquéritos passou de 13 em 2022 para 25 em 2023. Essa estratégia de cerceamento compromete a credibilidade do jornalismo profissional e contribui para uma cultura profissional com efeitos negativos e traumáticos para os jornalistas (Antunes, Hendry, 2019). Além do cerceamento, essa estratégia configura-se como um silenciamento da imprensa.

Saúde mental e interseccionalidades: um olhar conceitual

Estudos científicos recuperados por Chloé Reichel (2019) indicam que a cobertura e vivências em eventos traumáticos podem resultar em estresse ocupacional entre os jornalistas. Em países que atacam constantemente a imprensa observa-se que influenciam a segurança física e psicológica de jornalistas, podendo desencadear sintomas contundentes do Transtorno de Estresse pós-traumático (TEPT) (Reichel, 2019).

O TEPT, conforme descrito no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, pode ser desencadeado em profissões que estão regularmente expostas a eventos e situações traumáticas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION,

2014). A psicóloga especialista em trauma, Glaucia Mayara Niedermeyer Orth (2023), ressaltou como o transtorno pode ser desencadeado pelo contato com situações terríveis, muitas vezes relacionadas à violência, tanto perpetrada por outros indivíduos quanto a eventos como desastres naturais. Em outras palavras, há o componente traumático associado a situações em que o indivíduo teme pela própria vida, como quando um jornalista se torna vítima de violência ou ataque (Orth, 2023).

Ao explicar sobre a influência dos marcadores sociais, Glaucia Orth (2023) entende que essas pessoas já estão expostas a violências estruturais e podem estar mais propícias a desenvolver TEPT. O motivo se dá pelo trauma ser acumulativo, ou seja, quanto mais vulneráveis as pessoas ficam ao passar por situações de violência, maior o risco na saúde mental (Orth, 2023). Isso é evidenciado pelo *Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil*, edição de 2023, publicado no final de março de 2024 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

O relatório registrou 32 casos de ataques com violência explícita de gênero, com a maioria das vítimas (78,1%) sendo mulheres cis e trans. Pela primeira vez, o monitoramento incluiu pessoas não binárias no questionário, representando 3,1% das vítimas. Homens correspondem 18,7% das vítimas de violência explícita, com 66,6% deles sendo alvo de comentários homofóbicos, mesmo que não se identifiquem como homossexuais. Os principais tipos de violência de gênero contra jornalistas incluíram comentários machistas, misóginos e/ou transfóbicos, representando 56,2% do total de ofensas (Abraji, 2024).

Em entrevista ao jornal LGBTQIA+ *Diadorim*, Rafaela Sinderski, pesquisadora da Abraji e responsável pelo monitoramento, explica que, em 2023, a violência explícita de gênero contra jornalistas revelou disparidades de acordo com a identidade de gênero. Enquanto a maioria dos homens agredidos foi alvo de comentários homofóbicos, mesmo que não se identificassem como gays, as mulheres cisgênero e heterossexuais enfrentaram pelo menos a dupla violência de gênero, com ataques à sua aparência e competência, especialmente ao abordarem temas considerados “masculinos”, como política e economia (Carvalho, 2024). Márcia Veiga da Silva (2015) aponta que as coberturas de política e economia tradicionalmente são pautas atribuídas aos profissionais homens. É um lastro da cultura profissional masculina que predominou no campo profissional, como tributo de seriedade e credibilidade.

Já as mulheres travestis, transgênero e/ou não-heterossexuais foram alvo de violência física e perseguição, muitas vezes perpetradas por agentes estatais.

Metade dos casos de transfobia registrados pelo monitoramento em 2023 envolveram situações de perseguição e/ou violência física, somadas a discursos estigmatizantes e a ameaças de agressão, morte ou estupro. Além disso, é comum que esse tipo de violência seja recorrente, justamente porque a transfobia é estrutural, enraizada na sociedade brasileira e em seus mecanismos de

funcionamento. As vítimas tendem a estar envolvidas em mais de um episódio de agressão. Às vezes, os agressores se repetem, configurando uma perseguição contra aquele(a) profissional. Isso ocorre bastante entre jornalistas que cobrem política e que vivem em cidades pequenas. (Carvalho, 2024 s/p)

Vale destacar que há legislações brasileiras que criminalizam LGBTfobia, racismo e violência de gênero. Embora haja casos em que os agressores foram responsabilizados, muitos permanecem impunes. O que destaca a necessidade de aplicabilidade da lei, assim como mudanças culturais, políticas públicas de apoio às vítimas e medidas mais rigorosas de responsabilização dos agressores. Outra necessidade urgente é a criação de uma lei que torne misoginia crime no Brasil.

Metodologia

O escopo desta pesquisa é o aumento das violências de gênero contra jornalistas mulheres durante o período de 2020 a 2023, coincidindo com o contexto eleitoral marcado por ataques à democracia e à imprensa. Os relatórios de monitoramento da Fenaj (2023, 2024) e Abraji (2024) foram usados para revelar a dimensão das agressões e suas associações a interesses políticos, posturas ultraconservadoras e estereótipos misóginos, machistas e LGBTfóbicos.

Este trabalho integra a pesquisa Riscos e traumas no jornalismo. Inovação tecnológica e a feminização da profissão (CNPq) e o grupo de pesquisa internacional Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG). A metodologia compreende a análise documental dos relatórios da Abraji e Fenaj e a aplicação de um questionário com 21 perguntas a jornalistas que sofreram ataques para identificar sintomas e consequência na saúde e no trabalho dessas profissionais. O questionário recebeu o auxílio da Abraji para divulgação e foi disponibilizado de junho a dezembro de 2023.

A pesquisa conta com entrevistas de 14 jornalistas mulheres, uma psicóloga e três pesquisadoras e professoras de jornalismo realizadas pela equipe que integra os dois projetos de pesquisa mencionados acima³. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e é garantido o anonimato das respondentes (tanto no questionário quanto nas entrevistas). Tanto o questionário como as entrevistas aprofundaram nas abordagens sobre as vivências dos ataques, suas consequências na saúde e na prática profissional, como em detalhamentos nas questões sobre sintomas de adoecimento, ações e aspectos interseccionais.

³ Integram o projeto professoras e pesquisadoras da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Universidade de Sorocaba (UNISO), da Universidade Estadual de Colômbia e estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Jornalismo.

Resultados e análise

Responderam ao questionário 21 jornalistas que sofreram ataques entre 2020 a 2023. Entende-se por ataques qualquer violência seja física, verbal ou patrimonial, presencial ou virtual durante a prática profissional ou em decorrência da prática profissional. Assim, a pesquisa é atravessada pelos estudos de gênero e interseccionais em dois eixos:

1. O recorte das vítimas são jornalistas mulheres: cis, trans, bissexual, hetero, brancas, pretas, das cinco regiões do país, de diferentes tipos de mídia e segmentos do mercado de trabalho, variedade de funções, contrato de trabalho e idade (o gênero e a interseccionalidade atravessam suas histórias de vida).
2. Compreender as dimensões dos ataques generificados e interseccionais (raça, etnia, classe e sexualidade) no trabalho e na vida das profissionais.

Entre as 21 respondentes, 77% têm entre 20 e 40 anos, sendo que a maior parte delas (48%) está na faixa 31 a 40 anos. Embora não seja representativo, pois não é uma pesquisa quantitativa, percebe-se que acompanham os dados do último *Perfil dos Jornalistas Brasileiros* (Lima et al, 2021) de predominância de mulheres brancas 68,4% com até 40 anos. Das 21, 15 se identificaram como brancas e 6 pardas. No questionário todas mulheres não brancas se identificaram como pardas no item raça/cor mas na discussão optamos pelo termo “mulheres negras” (sem diferenciar preta e parda⁴), pois entende-se a racialização e etnização como classificações culturais, sociais e históricas de cor e raça que reforçam práticas de opressão e privilégios na sociedade. Entre as entrevistadas negras 83,33% tem menos de 40 anos, entre as brancas o percentual é de 73,33%.

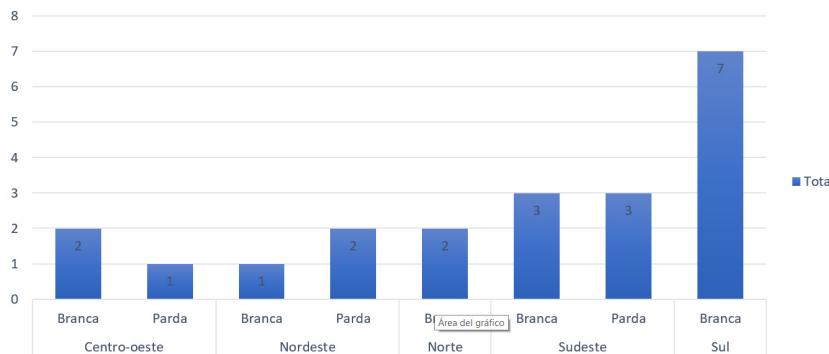
Gráfico 1. Total das 21 respondentes de acordo com a faixa etária



4 “Conceber as categorizações preto e pardo como apenas uma segue as orientações dos estudos sistematizados pelo IPEA no Dossiê *Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (2013), que constataram ao comparar os indicadores sociais para cada um dos grupos individualmente (preto e pardo) um comportamento semelhante e, por sua vez, distinto do grupo branco” (Rocha, 2019, p.19).

As brancas estão nas cinco regiões do país, já as mulheres negras estão em três, não há respondente negra nas regiões Norte e Sul. As brancas prevalecem em todas as regiões exceto no Nordeste. Entre as 3 que responderam ao questionário da região Nordeste, duas são negras e uma é branca. No total da amostra as negras correspondem a 28,57%.

Gráfico 2. Total das 21 respondentes de acordo com raça e região



Com relação à sexualidade e identidade de gênero, 76,19% identificaram-se como heterossexual e cisgênero, 14,28% como bissexual e não quis identificar a identidade de gênero e 4,76% não quis identificar a sexualidade e assinalou outras expressões de gênero não abarcadas pela cisnORMATIVIDADE. As barreiras enfrentadas pelas mulheres trans no jornalismo perpassam o acesso e permanência na universidade e extrapolam para o mercado de trabalho. É o que mostra o relato de uma mulher trans, parda e jornalista que concedeu entrevista e trabalha em uma cidade no interior da Bahia:

...havia um professor lá na faculdade que é UNEB na Universidade Estadual... ele tinha transfobia e não gostava de travestis e de transexuais. Simplesmente esse professor chegou na sala e disse que meu trabalho tinha sido todo da internet e me deu um zero. E aqui desisti da faculdade e sair brigada com ele. (Jornalista, 2023)

Ainda de acordo com a entrevistada ela já sofreu ataques físicos, virtuais e ameaças durante a prática profissional, em sua maioria carregadas por estereótipos de gênero e sexualidade. Devido às ameaças, ela está sob proteção e em decorrência da violência dos últimos ataques e o adoecimento de familiares, a profissional se afastou do jornalismo há um ano.

A maioria das respondentes cobre mais de uma editoria, apenas 38% é responsável por uma editoria específica, como direitos humanos, economia, saúde, polícia/segurança pública ou outra. As informações confluem com a precarização e flexibilização do trabalho, sobretudo das profissionais mulheres (Rocha, 2029; LIMA et al, 2021). Ao observar pela raça, percebe-se que o

percentual de mulheres negras que indicou apenas uma editoria (33,3%) é igual ao de mulheres brancas (33,33%), porém quando comparado com o total apenas 25% das jornalistas negras trabalham em uma cobertura específica e 75% das mulheres brancas atuam em apenas uma área de cobertura. Ou seja, entre as respondentes, as negras acumulam mais diversidade de temas e pautas, exigindo mais flexibilidade na atuação profissional em comparação às brancas. Dione Moura (2019, p. 142) propõe que as jornalistas negras enfrentam mais barreiras e um “teto de vidro gênero/raça e classe” na pirâmide profissional, devido ao histórico de opressão e desigualdade contra a população negra em nosso país. Essas barreiras interseccionais impostas à essas profissionais dificultam a mobilidade vertical e horizontal na pirâmide profissional e se configuram em remuneração mais baixa, acúmulo de trabalho, postos de menor status dentro da carreira.

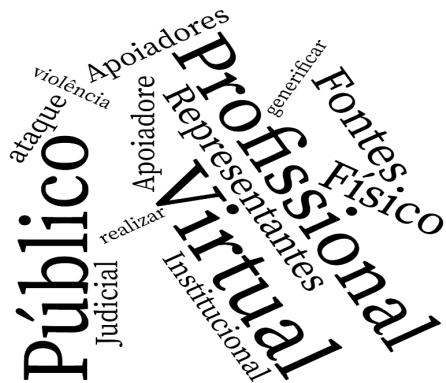
Outro dado relevante é que 50% das jornalistas negras indicaram cobertura política, sendo que uma delas também cobre polícia/segurança pública e políticas públicas. Entre as respondentes brancas 13,33% cobrem política, 20,66% direitos humanos e 20% segurança pública e polícia. De acordo com o Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ), entidade internacional que historicamente mede a violência contra jornalistas no exercício da profissão, as pautas mais visadas são: corrupção, política, crime e direitos humanos.

O acúmulo de tipos de mídias em que atuam simultaneamente é outro sintoma da precarização do trabalho das profissionais que exercem multitarefas. Dentre as jornalistas brancas, 28,6% trabalham em televisão; a maioria trabalha em assessorias de imprensa e de comunicação, mais de 30%. As indicações também apontam que elas trabalham para mais de um tipo de mídia. A maior parte das jornalistas negras trabalham em assessorias de comunicação e de imprensa, cerca de 45%; 33,3% em emissoras de televisão e 16,7% indicou portal online e rádio. Os dados de monitoramento da Abrapi (2023) apontam para um aumento de ataques contra jornalistas em emissoras de televisão e rádio.

No Brasil, sobressaem autoridades políticas (ou a mando) e agentes policiais como agressores aos jornalistas, de acordo com o levantamento da Fenaj (Kraemer, 2012). Se historicamente a violência contra a imprensa tem elo com política e polícia, no governo do então presidente Jair Bolsonaro agravou-se e institucionalizou-se a partir de 2019, intensificando no período de 2020 a 2022, com uma média de 142,5 de agressões por ano (Fenaj, 2024).

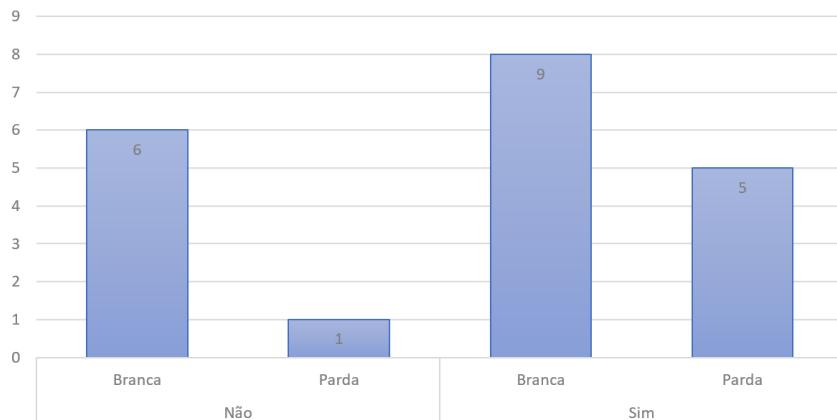
De acordo com as respostas, em 23,80% os ataques foram realizados diretamente por políticos, representantes políticos e apoiadores políticos. Mas o ambiente de ódio instalado e a institucionalização da imprensa como alvo permitiu e alimentou manifestações por parte do público e das fontes, em 47,61% das respostas ambos aparecem como agressores. Na figura abaixo destacamos as palavras que se destacaram nas respostas sobre quem foram os agressores e os tipos de violência.

Figura 1. Representações das palavras que se destacaram nas respostas sobre agressores e tipos de violência



A maioria sofreu mais de um ataque (66,6%). Entre as jornalistas negras o percentual foi maior, 83% sofreu mais de um ataque e entre as brancas foram 60%. Aqui percebemos como a intersecionalidade atravessa os ataques, a carreira das profissionais e suas vivências. Também se revela como as barreiras invisíveis impostas contra as profissionais negras.

Gráfico 3. Mais de um ataque

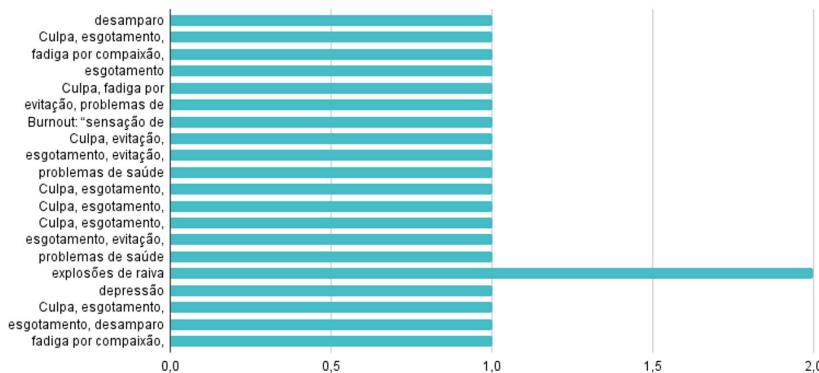


A maioria, 61,9%, informou que a violência gerou trauma, 19% informou que não, mas um dado que chamou a atenção é que 19% não soube identificar. Porém, ao indicar sintomas de adoecimento, todas assinalaram pelo menos uma resposta. Entre as negras, 50% indicou que sofreu trauma e 50% não soube

identificar. Entre as brancas, 26,6% não sofreu trauma, 66,6% sofreu trauma e 6,6% não soube identificar.

Quanto aos sintomas, todas as entrevistadas assinalaram mais de um sintoma. Outro ponto abordado foram os desdobramentos em decorrência dos ataques. Quase 60% indicou o uso de medicamentos; 59% delas informaram que a violência gerou problemas psicológicos como ansiedade e depressão; 45,5% indicaram autocensura (sendo 3 mulheres brancas e uma negra); 13% saiu da profissão (todas mulheres brancas); e 9% sofreu processos judiciais.

Gráfico 4. Contagem que identificou algum sintoma após o ataque das respondentes brancas e negras



Todos os sintomas que se manifestaram entre as jornalistas, assim como as ações que resultaram em decorrência dos ataques são entendidos aqui como consequências das violações que sofreram e que em determinada medida representam formas de silenciamento. O adoecimento atrapalha, e muitas vezes interrompe, a atuação profissional, afetando a qualidade de vida e o emocional das jornalistas. Os ataques atuam como estratégias para coibir a prática profissional dessas profissionais e impedir que continuem realizando a cobertura de pautas políticas contrárias aos interesses do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), seus aliados políticos e seguidores.

As respondentes atuam em mais de uma editoria e a maioria trabalha com cobertura política, segurança pública e direitos humanos, temas que são alvos de políticos, como apontaram os monitoramentos acima mencionados. Tal estratégia foi instrumentalizada e institucionalizada no governo do ex-presidente Bolsonaro, um período demarcado pela pandemia da Covid 19 e crises diversas. Porém, os ataques à imprensa e a profissionais não cessaram e seguem perseguindo os mesmos alvos com estratégias incrementadas, como os processos judiciais que vem aumentando (Abraji, 2024).

Considerações

A discussão buscou analisar os desdobramentos dos ataques contra as jornalistas mulheres pelo viés interseccional de gênero e raça, a partir das respostas do questionário que circulou online em 2023. O objetivo foi verificar como se manifestam as diversidades, entende-se que as identidades de gênero e sexualidade, as regiões nas quais as jornalistas trabalham, tipos de mídia, área de cobertura, raça e etnia atravessam suas histórias de vida e profissional e alguma medida se manifestam ou despertam gatilhos frente às violações que sofreram. Por isso, todos os sintomas soam como uma forma de silenciamento.

Os ataques tem graduações que oscilam dependendo de um conjunto de fatores, como contrato de trabalho, veículo para onde trabalha, função, segurança, os enfrentamentos e afrontamentos que a profissional se deparou para exercer o jornalismo e a história de vida.

As respostas mostram que as jornalistas negras são mais flexibilizadas em realizar coberturas diversas, são as que mais sofreram mais de um ataque e que teve maior percentual em não saber identificar se sofreu trauma, embora tenha sinalizado sintomas. Também demonstraram maior resiliência em permanecer atuando, nenhuma abandonou o jornalismo e apenas uma informou que a violência gerou autocensura na prática profissional.

É importante salientar que os agressores se manifestam contra as profissionais mulheres, com maior frequência, quando as pautas atravessam temas políticos, direitos humanos e valores ultraconservadores. A violência de gênero e raça ocorrem sob as mulheres brancas e não negras tornando-as alvos dos ataques e violações.

Esse movimento de análise não cessa aqui, é apenas o início e pretende-se avançar nas próximas discussões que estão observando e coletando os dados da pesquisa em tela. Ressalta-se ainda para a forma que os ataques são orquestrados com objetivos definidos, o que nos leva à necessidade das empresas, entidades que representam a categoria e faculdades intensificarem e fortalecer conjuntamente os debates e ações de combate, de formação e de resiliência.

Referências

- Abraji, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. (2023). *Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil*. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/2da5b679-2702-4121-bce1-cd23cb962f06/Relat%C3%B3rio_-_Ataques_contra_jonalistas_de_2023_FINAL_alta_resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Abraji, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. (2024). *Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil. Edição 2022*. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/4d6cb1b2-ca1a-4d7b-9c7b-1edcea1bb294/ABRAJI_Monitoramento_de_ataques_a_jornalistas_no_Brasil_2022_PT_.pdf

- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5^a ed.). Artmed.
- Antunes, M., & Hendryo, A. (2019). Saúde mental e emocional dos Jornalistas: uma análise sobre a cultura profissional com a vida privada. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre*. Recuperado de <https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-1152-1.pdf>
- Brayne, M. (2008). Emoções, trauma e bom jornalismo. *Cadernos de Estudos Africanos*, 15, 31-46.
- Carvalho, J. (2024, 3 de abril). *Relatório da Abroji denuncia ameaças de estupro e morte a jornalistas trans no Brasil*. AdiadOrim. Recuperado de <https://adiadorim.org/noticias/2024/04/relatorio-abroji-denuncia-ameacas-de-estupro-e-morte-a-jornalistas-trans-no-brasil/>
- Fenaj, Federação Nacional dos Jornalistas. (2023). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2022*. Oxe Comunicações. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>
- Fenaj, Federação Nacional dos Jornalistas. (2024). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2023*. Oxe Comunicações. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relato%C3%ADo-CC%81rio-da-Viole%C3%ADa-CC%82ncia-2023.pdf>
- Ferreira, R. A. (2005). Reelaboração do olhar: a instrumentação e formação do comunicador na cobertura das diferentes realidades africanas e do segmento afro-descendente brasileiro, a partir do jornalismo científico e jornalismo especializado. In *Reunião Anual da SBPC, 57* (Edição Eletrônica). SBPC/UECE.
- Kraemer, L. (2012). Risco jornalístico – Uma questão de Direitos humanos. In R. Christofoletti & S. Lima (Orgs.), *Reportagem, pesquisa e investigação* (pp. 113-130). Insular.
- Lima, S., Mick, J., Nicoletti, J., Barros, J. V., Henriques, R. P., Moliani, J. A., Patrício, E., Pereira, F., & Zacariotti, M. (2022). *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (1^a ed.). Quorum Comunicação.
- Moura, D. O. (2019). Excluídas dentre as excluídas: as Jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In K. M. Belisário, D. O. Moura, & L. S. Guazina (Orgs.), *Gênero em pauta. Desconstruindo violências, construindo novos caminhos* (Vol. 1). Editora e Livraria Appris Ltda.
- Orth, G. M. N. (2023, 6 de dezembro). *Entrevista realizada via Google Meet*. (Información no publicada)
- Reichel, C. (2019, 30 de julho). *How journalists' jobs affect their mental health: A research roundup*. JournalistsResource.org. Recuperado de <https://journalistsresource.org/environment/job-stress-journalists-health-research/>
- Rocha, P. M., & Kondlatsch, R. (2024). Discrediting official sources and technological adaptations, the case of Brazil in a time of pandemic. In I. Volkmer, B. Mutsvairo, S. Bebawi, A. Heinrich, & A. Castillo (Orgs.), *Ecologies of Global Risk Journalism Conceptualizing Local Journalism in an Era of Deep Disruptions* (1^a ed.). Routledge.
- Rocha, P. M. (2019). *A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção: as transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas* (Monografia de professora associada, Universidade Estadual de Ponta Grossa).
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 16(2), 71-99.

- Silva, M. V. da. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias. Insular.*
- Victor, C. (2023). Silêncio na redação – a saúde mental de jornalistas na abordagem da comunicação de riscos. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 17(1), 112-133.

